



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato

REQUERIMENTO Nº 002/21.

Pau dos Ferros, 01 de março de 2021

Exma. Sra.

Presidente da Câmara Municipal de Pau dos Ferros-RN.

EMENTA: Realização, pela Câmara Municipal de Pau dos Ferros - RN, de AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA PAU DOS FERROS E O ALTO OESTE POTIGUAR.

A Vereadora Josefa Aldaceia Chagas de Oliveira, abaixo subscrita, submete à apreciação da Douta Mesa, para que seja discutida e submetida ao esclarecido Plenário, a seguinte proposição:

Realização, pela Câmara Municipal de Pau dos Ferros - RN, de AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DA IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA PAU DOS FERROS E O ALTO OESTE POTIGUAR.

Josefa Aldaceia C. de Oliveira
JOSEFA ALDACÉIA CHAGAS DE OLIVEIRA
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS
19ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
<u>2º</u> SESSÃO ORDINÁRIA
APROVADO <input checked="" type="checkbox"/> REPROVADO <input type="checkbox"/>
PAU DOS FERROS-RN <u>03/03/2021</u>
<i>[Signature]</i> Francisca Itacira Alres Nunes Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS-RN
RECEBIDO EM: <u>01/03/2021</u>
HORA: <u>09:34</u>
<i>[Signature]</i> NATALIA MARIA DO VALE CHAVES Técnico Legislativo



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**

JUSTIFICATIVA:

A trajetória do Estado brasileiro é fortemente marcada pela postura intervencionista em relação ao território. Desde o início do período republicano, o Estado preocupou-se em forjar a unidade territorial e em concomitância, dotar o território de infraestrutura necessária à ascensão econômica do país. “Nesse rumo, diversas políticas territoriais foram implantadas, perseguindo a ocupação do espaço, através da colonização, construção de infraestrutura para modernização do território e a viabilização da integração nacional, formulando planos nacionais de desenvolvimento com enfoque regional”.

O Estado Brasileiro carrega uma trajetória, fortemente, caracterizada por uma postura intervencionista no que tange ao território. É sabido que desde o início do período republicano que o Estado vem se preocupando em forjar a unidade territorial e, em consonância, dotar o território de infraestrutura necessária à ascensão econômica do país. Nesse horizonte, foram implantadas diversas políticas territoriais, perspectivando-se a ocupação de espaço, mediante a colonização, a construção de infraestrutura para a modernização do território e a viabilização da integração nacional, formulando-se planos nacionais de desenvolvimento com enfoque regional.

À medida que se incorporou, no âmbito das políticas de planejamento do Estado, o conceito de território, torna-se inegável que se potencializou o uso e apropriação, pela sociedade civil organizada, a qual, muitas vezes, re-significa o conceito através de suas próprias práticas, devido ao significado social e político que lhes é atribuído.

A noção de território vincula-se a outro modo de empreender a política territorial, ligada a uma reclamação horizontal entre Estado e Sociedade Civil. O território passa a ser visto como uma instrumentalidade/estratégia necessária para viabilizar o desenvolvimento de um país, de uma região, de um estado e de um município.

Uma estratégia de desenvolvimento territorial foi implementada no Brasil, desde o ano de 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). A implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), enquanto instrumento basilar da política de



Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Tarquato

desenvolvimento com enfoque territorial. Este programa segue uma perspectiva antagônica às práticas governamentais, historicamente, caracterizadas como autoritárias e centralizadas.

A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento está relacionada a basicamente três argumentos: a) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas; b) perspectiva híbrida do desenvolvimento entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas na sociedade brasileira; c) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

Os planos governamentais devem pressupor que o desenvolvimento territorial seja uma estratégia para viabilizar a ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, garantindo, assim, o encaminhamento das estratégias de Política do Desenvolvimento Territorial para Pau dos Ferros e o Alto Oeste Potiguar.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pau dos Ferros-RN, XX de XXXXXX de 2021.



JOSEFA ALDACÉIA CHAGAS DE OLIVEIRA

Vereador